

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.769.388 - ES (2020/0257234-8)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
AGRAVADO : MARIA DE LOURDES SILVA FARGI
ADVOGADO : CLEMILSON RODRIGUES PEIXOTO - MG106631

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL contra a decisão que não admitiu o seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, assim resumido:

PREVIDENCIÁRIO APOSENTADORIA POR IDADE RURAL INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL CORROBORADA POR PROVA TESTEMUNHAL CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DIREITO AO BENEFÍCIO.

A parte recorrente alega violação dos arts. 11, VII e § 1º, 48, §§ 1º e 2º, 55, § 3º, 142 e 143 da Lei n. 8.213/1991, no que concerne à impossibilidade de extensão da eficácia da documentação relativa ao cônjuge da parte recorrida para fins de comprovação de início de prova material do exercício de atividade rural, visto que aquele teria mantido vínculo urbano, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

No presente caso, verificou-se que o cônjuge do Recorrido exerceu atividade urbana.

Na esteira do decidido pelo STJ, tal fato, por si só, não descaracteriza a qualidade de segurado especial do Recorrido, porém os documentos em nome de seu cônjuge tornam-se imprestáveis para início de prova material em seu favor, sendo imprescindível nesta situação, que ela apresente documentos em nome próprio, o que não foi feito.

Não há, portanto, início de prova material em nome do Recorrido, o que leva necessariamente à conclusão que não há como considerá-lo segurado especial nos termos do art. 11 da Lei nº 8.213/91.

[...]

Esse é o caso dos autos, pois que sobejamente reconhecido, no acórdão vergastado, que o Recorrido, para fins de comprovação do início de prova material do exercício de atividade rural pretende se valer da documentação de seu cônjuge, a qual,

entretanto, não lhe é extensível em razão do fato de que o mesmo exerceu atividade urbana (fls. 318-319).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Quanto à controvérsia alegada, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 283/STF, uma vez que a parte deixou de atacar fundamento autônomo e suficiente para manter o julgado, qual seja:

Para comprovar sua condição de segurado especial, a parte autora juntou aos autos os seguintes documentos: declaração assinada por proprietário rural, informando o trabalho rural da requerente em sua propriedade no período de 01/02/1993 a 31/01/2000 (ev. 2.1 – fls. 35). Constam ainda documentos da propriedade rural em questão, cf. ev. 2.1 – 36/47.

Já o próprio INSS homologou os períodos de 02/12/2003 a 11/02/2007 e 24/12/2009 a 17/09/2015 (Ev. 2.1 – fls. 139/140).

Com efeito, não se exige que todo o histórico laboral da segurada ou de seu cônjuge seja exclusivamente campestre. Assim, o fato de constarem algumas contribuições recolhidas em favor do cônjuge da requerente não pode ser usado como escusa para indeferimento de benefício previdenciário a que ela faz jus.

Tampouco é exigida comprovação documental integral, englobando todo o período de carência, desde que os documentos apresentados tenham sua eficácia probatória ampliada em contundente prova testemunhal.

E tal se deu no caso em apreço. As oitivas confirmam o trabalho da parte autora como rural, em período superior à carência (ev. 2.2 – fl. 38/39) – fl. 278, grifo meu.

Nesse sentido: “A subsistência de fundamento inatacado apto a manter a conclusão do aresto impugnado impõe o não-conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula n. 283/STF: ‘É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles’”. (AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.317.285/MG, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 19/12/2018.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.572.038/RS, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 13/8/2020; AgInt no AREsp 1.157.074/SP, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 5/8/2020; AgInt no REsp 1.389.204/MG, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 3/8/2020; AgInt no REsp 1.842.047/RS, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe de 26/6/2020; e AgRg nos EAREsp 447.251/SP, relator Ministro João Otávio de

Superior Tribunal de Justiça

Noronha, Corte Especial, DJe de 20/5/2016.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor dos honorários sucumbenciais que serão fixados em liquidação de sentença, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente